

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases,
Goa, Daman and Diu

Order

CML-GOA/Z.102/131/69

These are 10 cases for modification of terms of the mining leases held by Shri Raguvir Sinai Garco, Mine Owners, Madgaum, Goa.

(Tradução)

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repatrição do Controlador de Arrendamentos
de Minas de Goa, Damão e Diu

Portaria

CML-GOA/Z.102/131/69

Estes são os 10 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes ao Sr. Raguvir Sinai Garco, proprietário de minas, de Madgaum, Goa.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
1.	Z-102	22 of 30-3-1951	Fer/Mang.	Salguinim Verlem	32.2450
2.	Z-190	40 of 18-4-1952	— Do —	Salguinim	43.5000
3.	Z-201	51 of 6-6-1952 T. T 16-1-1957	Iron	Cudnem	79.5300
4.	Z-232	82 of 26-9-1952	Fer/Mang.	Colomba	100.0000
5.	Z-417	19 of 1-3-1952 T. T. 16-12-1957	— Do —	Tudou	83.8425
6.	Z-532	42 of 24-10-1956 T. T. 22-2-1960	— Do —	Tudou	78.0700
7.	Z-542	2 of 16-1-1957	Iron	Muguli	90.5000
8.	Z-543	3 of 28-1-1957	Iron	Patem e Todou	100.0000
9.	Z-574	33 of 12-8-1957	Iron	Tudou	96.1500
10.	Z-600	59 of 9-12-1957	Iron	Bordem	97.1800

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados; em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it uses the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Lease' has been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

As definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. E de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u) «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuserem.

Artigo I (v) «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos 'concessionários' e 'arrendatários' eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

As disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas for-

1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «Existing Mining Leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/- per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof: «except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed.

muladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que sómente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas sómente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963 devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga pelo minério de ferro, sómente, será a razão de Rps. 12-50 Ps. por hectare, por ano e pelos outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério, será a razão de Rps. 25/- por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no

The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 22nd March, 1969.

Order

CML-GOA/Z-117/132/69

These are 6 cases for modification of terms of the mining leases held by Shri Shaik Abdul Gofur, Xec Abdul Agis, Mine Owners, Sanvordem-Curchorem, Goa.

contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.

- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.
- 10) A presente portaria regulará todos os arrendamentos da pessoa acima mencionada e uma cópia da mesma deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 22 de Março de 1969.

Portaria

CML-GOA/Z-117/132/69

Estes são os 6 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes aos Srs. Shaik Abdul Gofur e Xec Abdul Agis, proprietários das minas, Sanvordem-Curchorem, Goa.

Sr. No.	Case No.	Title No. and Date of Lease	Mineral/s	Village	Area in hectares
N.º de série	Caso n.º	N.º do título e data do arrendamento	Minério/s	Aldeia	Área em hectares
1.	Z-117	37 of 20-4-1951	Fer/Mang.	Curpem	36.9435
2.	Z-133	53 of 3-8-1951	— Do —	— Do —	30.2200
3.	Z-296	43 of 25-5-1953 T. T. 24-10-1960	— Do —	Curpem & Curdi	34.2200
4.	Z-408	10 of 16-2-1954 T. T. 6-9-1961	— Do —	Sulcorna	29.1000
5.	Z-489	42 of 7-12-1955 T. T. 15-7-1957	— Do —	Cotari	98.6000
6.	Z-615	11 of 3-2-1958	Iron	Colem	89.0000

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease Modification of Terms» Rules, 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act), 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei, porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3.º (d) «explorações mineiras» significa quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Lease' has been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to

As definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. E de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas. São seguintes as definições:—

Artigo I (u) «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada, enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v) «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa, os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

As disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendatários executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arren-

one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining leases can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «Existing Mining Leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/- per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals, (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu

Panaji, 22nd March, 1969

datário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga por minério de ferro, somente, será à razão de Rps. 12-50 por hectare, por ano e por outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério será à razão de Rps. 25/- por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957, e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957, em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extração de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da pessoa acima mencionada e uma cópia da mesma deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 22 de Março de 1969.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Special Department

Order

SPL-PER-387

In continuation of this Department's order of even number dated 1-3-69, Shri S. Rajagopal, Nautical Surveyor, M. M. D., Bombay, on transfer to M. M. D., Marmagao, is relieved of his duties of the Captain of Ports with effect from 10-3-1969, the date Shri S. B. Bhaman resumed duty on expiry of his leave.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 21st March, 1969.

Finance (Revenue) Department

Order

Fin(Rev)/11-118/Part/666/69

Shri Pondorinata Porobo Baticar appointed as Superintendent of Excise in the scale of Rs. 350-800 under Government Notification no. FD/F.III/11-118/part/66 dated 8-11-1966 is hereby confirmed in the same post after having successfully completed the period of probation laid down in the Recruitment Rules, with effect from 25-1-1969, the date on which the post became permanent

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).

Panaji, 1st April, 1969.

Finance (Control) Department

Order

Fin(Control)/19-3/69/328

Subject: Deputation period of Accounts Officers-Repatriation of Sarvashri B. V. Kulkarni and H. R. Arondekar. — Accounts Officers.

Shri B. V. Kulkarni, Accounts Officer of the Accountant General, Maharashtra on deputation to this Administration and working as Deputy Director of Accounts stands repatriated to his parent Department viz., Accountant General Maharashtra, Bombay with effect from the date of relief.

2. Shri H. R. Arondekar, Accounts Officer of the Accountant General, Maharashtra Bombay on deputation to this Administration and working as Deputy Director of Accounts stands repatriated to his parent Department viz., Accountant General Maharashtra, Bombay on expiry of his Deputation term on 2-6-1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).

Panaji, 26th March, 1969.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento Especial

Portaria

SPL-PER-387

Em aditamento ao despacho deste Departamento, de 1 de Março de 1969, o Sr. S. Rajagopal, Inspector marítimo, M. M. D., Bombaim, transferido para o M. M. D., Mormugão, é dispensado das funções de Capitão dos Portos, a partir de 10 de Março de 1969, data em que o Sr. S. B. Bhaman, reasumiu as funções, após ter expirado o termo da sua licença.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 21 de Março de 1969.

Departamento das Finanças (Receita)

Portaria

Fin(Rev)/11-118/Part/666/69

O Sr. Pondorinata Porobo Baticar, que havia sido nomeado Superintendente de Excoise, na escala de Rps. 350-800, pelo despacho n.º FD/F.III/11-118/part/66, de 8 de Novembro de 1966, é confirmado no mesmo lugar, após ter completado com êxito o período probatório fixado nas normas de recrutamento, a partir de 25 de Janeiro de 1969, data em que o lugar tornou permanente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).

Panagi, 1 de Abril de 1969.

Departamento das Finanças (Contrôle)

Portaria

Fin(Control)/19-3/69/328

Assunto: Período de deputação e repatriação dos «Accounts Officers» Srs. B. V. Kulkarni e H. R. Arondekar.

O Sr. B. V. Kulkarni, «Accounts Officer» da Repartição do «Accountant General, Maharashtra», em deputação para esta Administração e trabalhando como director adjunto de contabilidade, será repatriado para a Repartição da sua procedência, designadamente, Repartição do «Accountant General Maharashtra», de Bombaim, a partir da data em que fôr dispensado das suas funções.

2. O Sr. H. R. Arondekar, «Accounts Officer» da Repartição do «Accountant General, Maharashtra», de Bombaim, em deputação para esta Administração e trabalhando como director adjunto de contabilidade, será repatriado para a Repartição da sua procedência, designadamente, Repartição do «Accountant General Maharashtra» de Bombaim, após expirar o termo de deputação, em 2 de Junho de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).

Panagi, 26 de Março de 1969.

Revenue Department

Notification

RD/TNC/SO/168/66-69

In exercise of the powers conferred by sub-section (2) of section 43 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964, and in supersession of Government Notification No. TNC/NTF(2)/65, dated 23rd April, 1965, the Administrator of Goa, Daman and Diu is pleased to appoint all the Mamlatdars in the Union territory of Goa, Daman and Diu as the Agricultural Lands Tribunal for the areas within their respective jurisdiction and to invest them with the powers to perform the duties and functions of the said Tribunal under the said Act within the area under their respective jurisdiction.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu,

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 28th March, 1969.

Notification

RD/TNC/BND/280/67-68-XIX

In pursuance of the proviso to sub-section (3) of Section 26 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964, the Government hereby specify the following bund described in the schedule appended hereto as protective bund for the purpose of the said proviso:—

SCHEDULE

Name of the bund	Village	Taluka	Description
Bund at Oxel	Vagalim Oxel	Bardez	The bund starting with the paddy field «Cantor» belonging to Shri Piedade Lobo at Oxel running marginal to the river Chapora and ending with the paddy field «Cumbiachem Chal» belonging to Shri J. F. Sequeira, at Vagalim of Bardez Taluka.
Bund at Accaro.	Accaro	Goa	The bund starting with the paddy field «Accaro» belonging to Smt. Shantabai Sirdoncar, running marginal to the river Naroa and ending with the same paddy field of the same proprietor at Accaro of Goa Taluka.
Bund at Querim	Querim	Pernem	The bund starting with the paddy field «Cazar Conde» belonging to Shri Lad, running marginal to the river Tirakhol, and ending with the same paddy field belonging to Shri Kerkar and situated at Querim, of Pernem Taluka.
The bund at Candolim.	Candolim	Bardez	The bund starting with the paddy field «Malkhazan» belonging to Shri Uttam Rama Semispurascar, at Candolim, running marginal to the river of Ordem and ending with the paddy field belonging to the Community of Siquerim, at Siquerim.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardesai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 28th March, 1969.

Departamento de Rendimentos

Despacho

RD/TNC/SO/168/66-69

No uso das faculdades conferidas pela alínea (2) do artigo 43.º do «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964» e em substituição do despacho n.º TNC/NTF(2)/65, de 23 de Abril de 1965, o Administrador de Goa, Damão e Diu, nomeia todos os Mamlatdares do território da União de Goa, Damão e Diu, como «Agricultural Lands Tribunal» nas áreas abrangidas na respectiva jurisdição e confere aos mesmos todos os poderes para exercerem as funções do referido Tribunal, ao abrigo do citado Act, nas áreas abrangidas na respectiva jurisdição.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panaji, 28 de Março de 1969.

Despacho

RD/TNC/BND/280/67-68-XIX

De harmonia com o disposto na alínea (3) do artigo 26.º do «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964», o Governo declara o valado descrito no quadro anexo, como sendo valado protector para os fins da citada alínea.

QUADRO

Nome do valado	Aldeia	Concelho	Descrição
Valado em Oxel	Vagalim Oxel	Bardês	Valado que começando na várzea «Cantor» pertencente ao Sr. Piedade Lobo, de Oxel, corre ao longo da margem do rio Chapora e termina na várzea «Cumbiachem Chal», pertencente ao Sr. J. F. Sequeira, em Vagalim do concelho de Bardês.
Valado em Accaro	Accaro	Goa	Valado que começando na várzea «Accaró» pertencente à Sra. Shantabai Sirdoncar, corre ao longo da margem do rio Naroa e termina na mesma várzea, da mesma proprietária, em Accaró do concelho de Goa.
Valado em Querim	Querim	Perném	Valado que começando na várzea «Cazar Conde» pertencente ao Sr. Lad, corre ao longo da margem do rio Tiracol e termina na mesma várzea pertencente ao Sr. Kerkar, situado em Querim, do concelho de Perném.
Valado em Candolim	Candolim	Bardês	Valado que começando na várzea «Malkhazan» pertencente ao Sr. Uttam Rama Semispurascar, de Candolim, corre ao longo da margem do rio de Ordem e termina na várzea pertencente à Comunidade de Siquerim, em Siquerim.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. Sardesai, Subsecretário (Rendimentos).

Panaji, 28 de Março de 1969.

Notification

RD/TNC/BND/280/67-69-XX

In pursuance of the proviso to sub-section (3) of Section 26 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964, the Government hereby specify the following bund described in the schedule appended hereto as protective bund for the purpose of the said proviso:—

SCHEDULE

Name of the bund	Village	Taluka	Description
The bund of Parampoi Cantor.	Marcaim	Ponda	The bund starting from the paddy field «Parampoi Cantor», belonging to Smt. Alba Pinto Miranda, at Parampoi, Madkai, running along the bank of the river Zuari and thereafter along the bank of Veling-Caranzalem Nalla and ending with the same paddy field, belonging to Smt. A. F. Miranda, at Parampoi, Madkai, of Ponda Taluka.
The bund of «Borbota Cantor».	Siroda	Ponda	The bund starting from the paddy field «Borbota Cantor», belonging to Sarvashri V. G. Gude and S. G. Gude, at Siroda, running along the bank of river Zuari and ending with the same paddy field, belonging to V. G. Gude and S. G. Gude, at Siroda, of Ponda Taluka.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardessai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 28th March, 1969.

Notification

RD/TNC/BND/280/67-69-XXI

In pursuance of the proviso to sub-section (3) of Section 26 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964, the Government hereby specify the following bund described in the schedule appended hereto as protective bund for the purpose of the said proviso:—

Name of the bund	Village	Taluka	Description
1. a) The bund of the paddy field «Moste Khazan».	Que-lossim	Mar-magoa	The bund starting with the paddy field «Moste Khazan», belonging to Shri Ramachandra Sridor Gaunekar and running marginal to the river Zuari and ending with the paddy field «Dando», belonging to Shri Caculo and situated at Que-lossim of Mar-magoa Taluka.
b) The bund of the paddy field «Bhati».	Que-lossim	Mar-magoa	
c) The bund of the paddy field «Zuo».	Que-lossim	Mar-magoa	
d) The bund of the paddy field «Bapchem Cantor».	Que-lossim	Mar-magoa	
e) The bund of the paddy field «Tol Cantor».	Que-lossim	Mar-magoa	
f) The bund of the paddy field «Dando».	Que-lossim	Mar-magoa	

Despacho

RD/TNC/BND/280/67-69-XX

De harmonia com o disposto na alínea (3) do artigo 26.º do «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964», o Governo declara o valado descrito no quadro anexo, como sendo valado protector para os fins da citada alínea.

QUADRO

Nome do valado	Aldeia	Concelho	Descrição
Valado de Parampoi Cantor.	Marcaim	Pondá	Valado que começando na várzea «Parampoi Cantor» pertencente a Sra. Alba Pinto Miranda, em Parampoi, Marcaim, corre ao longo da margem do rio Zuari e depois ao longo da margem do rigueiro Veling Caranzalém e termina na mesma várzea pertencente à Sra. A. F. Miranda, em Marcaim do concelho de Pondá.
Valado de «Borbota Cantor».	Sirodá	Pondá	Valado que começando na várzea «Borbota Cantor», pertencente aos Srs. V. G. Gude e S. G. Gude, de Sirodá, corre ao longo da margem do rio Zuari e termina na mesma várzea pertencente ao Sr. V. G. Gude e S. G. Gude, em Sirodá do concelho de Pondá.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. Sardessai, Subsecretário (Rendimentos).

Panaji, 28 de Março de 1969.

Despacho

RD/TNC/BND/280/67-69-XXI

De harmonia com o disposto na alínea (3) do artigo 26.º do «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964», o Governo declara o valado descrito no quadro anexo, como sendo valado protector para os fins da citada alínea.

Nome do valado	Aldeia	Concelho	Descrição
1. a) Valado da várzea «Moste Khazan».	Que-lossim	Mor-mugão	Valado que começando na várzea «Moste Khazan» pertencente ao Sr. Ramachandra Sridor Gaunekar corre ao longo da margem do rio Zuari e termina na várzea pertencente ao Sr. Caculo, em Que-lossim do concelho de Mor-mugão.
b) Valado da várzea «Bhati».	Que-lossim	Mor-mugão	
c) Valado da várzea «Zuo».	Que-lossim	Mor-mugão	
d) Valado da várzea «Bapchem Cantor».	Que-lossim	Mor-mugão	
e) Valado da várzea «Tol Cantor».	Que-lossim	Mor-mugão	
f) Valado da várzea «Dando».	Que-lossim	Mor-mugão	

Name of the Bund	Village	Taluka	Description
2. Bund at Quellossim	Que- lossim	Mar- magoa	The bund starting with the paddy field «Firgem Khazan», belonging to Shri Govind Poi Raiturkar and running marginal to the river Zuari and ending with the paddy field «Zambli Khazan» belonging to Shri Silva, Nagoa and situated, at Quellossim of Mar-magoa Taluka.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardesai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 28th March, 1969.

Food and Civil Supplies Department

Order

12-3-68-FCS(EDN)

In continuation of the Government order no. 12-3-68-FCS (EDN), dated 6-2-69 appointing Shri K. G. Patil as a Lecturer in Mechanical Engineering in the College of Engineering Goa, the pay of Shri Patil shall be fixed under F.R. 22 (c).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 21st March, 1969.

Order

16-5-68-FCS(EDN)

Ref: — Letter no. 1/13/68-GP, dated 10th July, 1968, from the Ministry of Home Affairs, Government of India.

In supersession of all previous orders no. 16-5-68-FCS (EDN), dated 3-1-69 and 12-3-69 issued in this respect the Government are pleased to absorb S/Shri Fr. João Pedro A. Fernandes and Fr. Antonio Jose Saldanha as Primary School Teachers (untrained) under the Directorate of Education, with effect from 1-2-66, as detailed in the Annexure attached herewith. Their pay of Rs. 366-66 Ps. shall be protected.

ANNEXURE

Sl. No.	Name of the Absorbed Employees	Designation of post held by him on the appointed day (both permanent and officiating)	Pay	Designation of the post carrying Central scale of pay (both permanent and temporary) on which absorbed	Scale of pay attached to the post referred to in column 5
N.º de série	Nomes dos funcionários absorvidos	Designação do lugar exercido pelo mesmo desde a nomeação (ambos permanente e temporário)	Vencimento	Designação do lugar com escala de vencimento Central (ambos permanente e temporário) em que foi absorvido	Escala de vencimento a que se refere a 5.ª coluna
1	2	3	4	5	6
			Rps.		Rs.
1.	Fr. Joao Pedro Antonio Fernandes.	Primary School Teacher (Officiating).	366-66	Primary School Teacher (Untrained).	110-3-131-4-155-EB-4-175-180.
2.	Fr. Antonio Jose Saldanha.	Primary School Teacher (Officiating).	366-66	Primary School Teacher (Untrained).	110-3-131-4-155-EB-4-175-180.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 22nd March, 1969.

Nome do valado	Aldeia	Concelho	Descrição
2. Valado em Que- lossim.	Que- lossim	Mor- mugão	Valado que começando na várzea «Firgem Khazan», pertencente ao Sr. Govind Poi Raiturkar, corre ao longo da margem do rio Zuari e termina na várzea «Zambli Khazan», pertencente ao Sr. Silva, de Nagoa e situado em Quellossim do concelho de Mormugão.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. Sardesai, Subsecretário (Rendimentos).

Panagi, 28 de Março de 1969.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

12-3-68-FCS(EDN)

Em aditamento à portaria n.º 12-3-68-FCS(EDN), de 6 de Fevereiro de 1969, nomeando o Sr. K. G. Patil, leccionador de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia de Goa, por esta se determina que o vencimento do Sr. Patil, seja fixado ao abrigo do F.R. 22 (c).

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 21 de Março de 1969.

Portaria

16-5-68-FCS(EDN)

Ref: Nota n.º 1/13/68-GP, de 10 de Julho de 1968, do Ministério do Interior do Governo da Índia.

Em substituição das portarias anteriores n.º 16-5-68-FCS (EDN), de 3 de Janeiro de 1969 e 12 de Março de 1969, o Governo determina que os Srs. Pe. João Pedro A. Fernandes e Pe. António José Saldanha, sejam absorvidos como professores primários (sem treino) da Direcção dos Serviços de Instrução, a partir de 1 de Fevereiro de 1966, conforme se indica no quadro anexo. Os seus vencimentos de Rps. 366-66 Ps. deverão ser mantidos.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panagi, 22 de Março de 1969.

Corrigendum

PWD/IRR/1774/67

Read:— Government Order no. PWD/IRR/1774/67, dated 27-2-69.

In 3rd line of para one of Government Order, referred to above, the words «in Bunds Committee» shall be substituted instead of «in Public Work Department».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 1st April, 1969.

Public Works Department

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/21/69—Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for construction of approach road to Conxem culvert.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector south Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division II, PWD, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

SCHEDULE—QUADRO

Taluka	Town/Village	Description of the said land		Approximate area in sq. meters
		Plot No.	Names of the persons, believed to be interested	
Concelho	Cidade/Aldeia	Descrição do aludido terreno		Area aproximada em m ²
		Terreno n.º	Nomes das pessoas que se presumem serem interessadas	
Ponda	Conxem	1	Dr. Sakaram Gude, Shiroda, Ponda	3343,25
		2	Comunidade of Shiroda	1360,125
		3	Shri Risto Dias Gracias of Shiroda	2275,625
		Total		6979,00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 20th March, 1969.

Corrigenda

PWD/IRR/1774/67

Ref: Portaria n.º PWD/IRR/1774/67, de 27 de Fevereiro de 1969.

Na 3.ª linha do § 1.º da portaria acima referida as palavras «nos Serviços das Obras Públicas» devem ser substituídas pelas palavras «na Comissão de Valados».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 1 de Abril de 1969.

Serviços das Obras Públicas

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/21/69—Considerando que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção duma estrada de acesso para a passagem subterrânea de Conxem:

Torna-se público ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como citado Act) que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto da Sub-divisão do sul, de Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. O Collector adjunto da sub-divisão do sul, de Margão.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. O Engenheiro executivo da Secção de Obras II, das Obras Públicas de Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, pelo prazo de 30 dias, contado da data deste despacho.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panaji, 20 de Março de 1969.

Principal Engineer's Office

Corrigendum

PWD/LA/1258/20/69

In the schedule attached to the Government Notification No. PWD/LA/7/69 dated the 28th January, 1968, and published in the Government Gazette No. 47, Series II on 20th February, 1969, page 394 to 395 under the item: Description of the said land, Name of the person believed to be owner: Read «Dabolim Comunidade» instead of «Sancoale Comunidade» as far as plot No. 1 is concerned.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 18th March, 1969.

Industries and Power Department

Notification

2/4/66-Elect/592

In exercise of the powers conferred by section 36(2) of the Indian Electricity Act 1910 and in supersession of the Government Notification No. I&L/CEE/902/67/3022 dated 7-12-1967, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu is pleased to appoint Shri R. R. Karnik Chief Electrical Engineer as Electric Inspector for the Union Territory of Goa, Daman and Diu in respect of all works and Electrical Installations other than those belonging to or under the control of the Central Government or any mines, oil fields, railways, aerodromes, telegraphs, broadcasting stations or any works of defence.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 3rd April, 1969.

Repartição do Engenheiro-Chefe

Corrigenda

PWD/LA/1258/20/69

No quadro anexo ao despacho n.º PWD/LA/7/69, de 28 de Janeiro de 1968, publicado no *Boletim Oficial* n.º 47, 2.ª série, de 20 de Fevereiro de 1969, à páginas 394 a 395 sob a rubrica: Descrição do aludido terreno, nome da pessoa que se presume ser interessada leia-se «Comunidade de Dabolim» em vez de «Comunidade de Sancoale» em relação ao terreno n.º 1.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panaji, 12 de Março de 1969.

Departamento de Indústrias e Energia

Despacho

2/4/66-Elect/592

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 36(2) do «Indian Electricity Act, 1910» e, em substituição do despacho n.º I&L/CEE/902/67/3022, de 7 de Dezembro de 1967, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, nomeia o Sr. R. R. Karnik, engenheiro eléctrico-chefe, inspector eléctrico, por todo o território da União de Goa, Damão e Diu, em relação a todas as obras e instalações eléctricas, com exclusão das que pertencem ou estão subordinadas ao Governo Central, ou quaisquer minas, regiões petrolíferas, caminhos de ferro, aeródromos, telégrafos, emissoras ou quaisquer obras de defesa.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 3 de Abril de 1969.